

# A importância do planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável: uma revisão de literatura

## RESUMO

A partir da compreensão do papel das cidades no mundo contemporâneo, e dos conceitos de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável, objetivou-se a discussão da relevância de aplicar o conceito de sustentabilidade ao planejamento do desenvolvimento urbano. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, por meio de revisão sistemática de literatura (RSL) viabilizada pela busca das seguintes palavras chave: Cidades, Sustentabilidade e Desenvolvimento. Ao explorar as potencialidades do planejamento urbano através dos estudos analisados, concluiu-se que existe um grande conjunto de possibilidades, analíticas e propositivas, que podem beneficiar os espaços urbanos, quando se utiliza o Planejamento Urbano como uma ferramenta para o Desenvolvimento Sustentável em vez do inverso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidades. Planejamento Urbano. Desenvolvimento Sustentável.

**Andressa Sarita Felipe**

[argandressafelipe@hotmail.com](mailto:argandressafelipe@hotmail.com)  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. Paraná. Brasil.

**Marcos Junior Marini**

[marini@utfpr.edu.br](mailto:marini@utfpr.edu.br)  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. Paraná. Brasil.

**Miguel Ângelo Perondi**

[perondi@utfpr.edu.br](mailto:perondi@utfpr.edu.br)  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. Paraná. Brasil.

**Gilson Ditzel Santos**

[ditzel@utfpr.edu.br](mailto:ditzel@utfpr.edu.br)  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. Paraná. Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

Os centros urbanos passaram a ser reconhecidos como motores do crescimento (LIAN, GUNAWANSA; BHULLAR, 2010), por serem o centro das atividades sociais, políticas, culturais e econômicas. Sendo assim, justamente por possuírem tal relevância, é fundamental que elas sejam incentivadoras e impulsionadoras do desenvolvimento.

Nesse sentido, ao tratar do desenvolvimento dos espaços urbanos, é importante esclarecer que o processo de desenvolvimento não é o mesmo em todos os espaços, e segundo Silva Neto (2004), se trata de um processo aberto e evolutivo.

Sendo assim, devido às diferenças de níveis do desenvolvimento econômico e social em cidades diferentes, que resulta em diferenças nas estruturas urbanas, haverá também grandes diferenças entre as formas de planejamento de uma e outra.

Dentre as várias formas de desenvolvimento, nesta pesquisa o foco será em uma delas: o desenvolvimento sustentável dentro do ambiente urbano, uma opção que carrega de forma intrínseca as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento. Nesse sentido, objetivou-se a discussão da relevância do Planejamento Urbano para o Desenvolvimento Sustentável, partindo da hipótese de que essa forma de Desenvolvimento não será possível sem o Planejamento Urbano.

O presente trabalho se propõe a discutir a relevância da aplicação do conceito de sustentabilidade ao processo do planejamento do desenvolvimento urbano. Dessa forma, inicialmente serão apresentados os conceitos de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável. Em seguida, será apresentada a metodologia da pesquisa, que foi desenvolvida com foco na RSL. Na sequência, realizou-se a análise dos resultados para, por último, serem apresentadas as conclusões da discussão.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o embasamento desta pesquisa foram utilizadas conceituações de especialistas das mais diferenciadas áreas, assim como estudiosos da Sociologia, da Arquitetura e do Urbanismo, da Legislação, Economia, Gestão e Planejamento Urbano, do Ambiente Construído, do Território, da Sustentabilidade, assim como documentos de Organizações Governamentais. Sendo assim, a presente pesquisa parte de uma percepção interdisciplinar dos temas Planejamento Urbano e de Desenvolvimento Sustentável.

É necessária a discussão de termos que serão fundamentais para o prosseguimento desse estudo, incluindo: Cidades, Planejamento Urbano, Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável.

### 2.1 Cidades

Para Rogers e Hall (2015) as cidades são caracterizadas como o habitat dos seres humanos, elas têm se tornado o centro das atividades culturais e comerciais.

E de acordo com Cohen (2006), se bem geridas elas oferecem oportunidades importantes para o desenvolvimento econômico e para o social, sendo dessa forma, pontos focais do crescimento da economia, da inovação e do emprego. As cidades são também os centros da vida moderna, os residentes urbanos comumente desfrutam de melhor acesso a serviços se comparados aos habitantes das áreas rurais, como educação, saúde, e serviços básicos de infraestrutura como eletricidade, água e saneamento (COHEN, 2006), mas apesar disso altas taxas de pobreza podem ser encontradas em muitas delas.

Para Leite (2012) o século XXI é considerado o século das cidades, e como consequência, o maior desafio que se enfrenta é o de atingir o desenvolvimento sustentável, pois se vive em um momento em que dois terços do consumo energético do mundo provém dos espaços urbanos, 75% dos resíduos são gerados neles, e é nas cidades que se convive com o processo de esgotamento dos recursos hídricos pelo consumo exagerado de água potável.

Dessa forma, na busca por alternativas que tornem possível a resolução dos problemas causados pela rápida urbanização, é que Nam e Pardo (2011), afirmam que surgiram as Cidades Inteligentes. Tendo o conceito evoluído significativamente nas últimas quatro décadas (LI et al, 2016), a Cidade Inteligente, segundo Martins, Evans e Karvonen (2018) se trata de um lugar em que problemas sociais e ambientais são resolvidos com o uso de tecnologias.

Sendo assim, Ahvenniemi et al (2017), a partir da existência da grande variedade de concepções do termo, afirmam que as Cidades Inteligentes muitas vezes compartilham metas semelhantes ao das Cidades Sustentáveis. Dessa forma, Bribri e Krogstie (2017), utilizam o termo Cidade Inteligente Sustentável, unindo assim os conceitos de Sustentabilidade e Inteligência.

Na presente pesquisa, entende-se que tal modelo de cidade associa a inteligência, que diz respeito à integração entre serviços e a infraestrutura urbana com as tecnologias da informação e comunicação (TICs) (SAATY; DEPAOLA, 2017), com a sustentabilidade, que corresponde à contribuição para a melhoria da proteção ambiental, do desenvolvimento econômico, assim como da equidade e do bem-estar social (ELKINGTON, 1994). Ou seja, Inteligentes e Sustentáveis, são cidades que propiciam através do uso das TICs melhor funcionalidade aos sistemas urbanos, crescimento econômico no contexto local, e principalmente melhorias relacionadas a qualidade de vida das pessoas (BIBRI; KROGSTIE 2017, GARAU; PAVAN, 2018).

## **2.2 Planejamento Urbano**

Inicialmente buscou-se a conceituação do termo planejamento isoladamente, que diz respeito a um procedimento que envolve técnicas e instrumentos com o objetivo de alcançar os propósitos pré-estabelecidos (SILVA, 2006).

Para Piérola e Almeida (2016), é um erro comparar o Urbanismo ao Planejamento Urbano, pois enquanto o primeiro habitualmente é ligado aos profissionais da Arquitetura, o segundo tem um escopo ampliado, om caráter interdisciplinar, em que profissionais das mais variadas áreas do conhecimento unem-se para planejar o espaço urbano. Nesse sentido, é fundamental que todas as áreas do conhecimento estejam presentes na construção do Planejamento Urbano, para que se alcance um resultado holístico.

Para Rattner (1974), o planejamento urbano não deve ser visto apenas como um meio de adornar o ambiente físico, pois ao planejador urbano não cabe somente os projetos dos instrumentos que integram as cidades, como edifícios e espaços públicos, mas é designado a ele comprometer-se, juntamente com a população para redefinir e reconstruir a sociedade da qual ele também é parte integrante. Ou seja, o planejamento urbano tem como foco a (re)estruturação dos espaços urbanos, de uma maneira que possa fornecer instrumentos para garantir a melhoria dos sistemas que declinam devido à sua ineficiência, ou de aplicar novos instrumentos para que resultados satisfatórios sejam alcançados.

Salienta-se aqui a necessidade de que o planejamento urbano contemple o problema da exclusão social, visto que os bens comuns, como praças e calçadas são de acesso democrático e podem refletir o que se têm mais criativo e artístico, como também, o problema da exclusão socioeconômica. Os moradores de rua, por exemplo, traumatizam a civilidade simplesmente por esse problema existir. Assim, exige-se que as cidades tenham iniciativas organizacionais que ultrapassem a necessidade de infraestruturas físicas para projetos de apoio social e de inclusão econômica.<sup>1</sup>

Portanto, é necessário que o planejador esteja engajado, e tenha conhecimento e compreensão do ambiente a ser planejado ou reestruturado e dos problemas futuros que o locus terá que enfrentar, seja ele uma cidade, território ou região, para entender quais serão os instrumentos necessários, de acordo com cada objetivo, bem como, para que ocorra a cooperação entre profissionais de diferentes áreas para o cumprimento de tais objetivos.

### 2.3 Desenvolvimento e Sustentabilidade

A princípio é necessário que se compreenda o conceito de desenvolvimento, que servirá como base para a conceituação do Desenvolvimento Sustentável. Segundo Castles (2002) a fase mais recente da noção iluminista de progresso é o conceito de desenvolvimento. Para Furtado (1980), o conceito de desenvolvimento era utilizado com dois sentidos distintos, o primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção em termos de sua produtividade, ou seja, progresso das técnicas e elevação da sua força de trabalho. Já o segundo sentido relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas. Os dois sentidos são ainda hoje de extrema relevância, sendo que o primeiro pode ser uma forma de alcançar o segundo, pois melhorias no processo de produção, caso tenham a finalidade de satisfazer as necessidades sociais, podem ser um meio eficaz para atingir tal objetivo.

Reitera-se aqui a partir de exemplos citados por Lambert (1974), que o processo de desenvolvimento não é igual em todas os espaços urbanos. O autor utiliza-se do exemplo do período de desenvolvimento industrial da França (século XIX), que tornou a sociedade local mais homogênea devido a possibilidade de comunicação entre campo e cidade, o que possibilitou a difusão de novos traços culturais, sem haver, portanto, isolamento de nenhuma das partes. Lambert (1974)

---

<sup>1</sup> Nesse caso, remete-se ao exemplo de uma bela cooperação ao planejamento urbano o projeto “SOS Vida” na cidade de Pato Branco que graças ao apoio da comunidade via a doação de incentivos fiscais (como a doação de notas dos consumidores no comércio local) consegue abrigar e reintegrar econômica e socialmente um contingente médio de 70 homens adultos na faixa etária de 50 a 70 anos, que eram potenciais moradores de rua.

compara tal ocorrência a outras situações, e entre elas, ao caso brasileiro, que buscava o desenvolvimento através da industrialização, mas que devido ao isolamento dos grandes espaços rurais com baixa densidade demográfica, ocorreu a impossibilidade de ampliação nos processos sociais, o que acabou por tornar tal sociedade em, segundo o autor, uma sociedade dualista.

Quanto ao processo de desenvolvimento, Silva Neto e Basso (2010) afirmam que o importante são os elementos causadores da desejável evolução social, e não somente o seu resultado final. Dentro da visão desses autores, não existem regiões ou locais desenvolvidos, em seu lugar existem regiões e locais que possuem a capacidade de se desenvolver. Sendo assim, é necessária a exploração de tais elementos de acordo com o estudo e a compreensão do espaço em que se objetiva o desenvolvimento.

Em síntese, o desenvolvimento deve relacionar-se principalmente com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, fortalecendo assim suas liberdades, pois o crescimento econômico isoladamente não pode ser considerado como um objetivo eficaz (SEN, 2000).

Sendo assim, a partir dessa compreensão de Desenvolvimento, será agora explorada a concepção de desenvolvimento sustentável. De acordo com Redclift (2006), o termo começou a ser usado nos círculos políticos logo após a publicação do documento *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1988). Desenvolvido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), durante a elaboração do Relatório de Brundtland, o documento define o Desenvolvimento Sustentável como aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Esse documento versa também sobre a necessidade de que haja a harmonização entre o desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais, com a finalidade de suprir as carências e anseios humanos.

Logo, nessa definição, o termo Desenvolvimento Sustentável acaba por englobar os três pilares destacados por Elkington (1994), o ambiental ao tratar dos recursos naturais, o econômico ao versar sobre a direção dos investimentos e por fim o pilar social, quando aborda as necessidades e as aspirações humanas.

Em complemento a essa definição, Rogers e Hall (2015) ao tratarem do Desenvolvimento Sustentável, apontam que a sua essência diz respeito à redefinição da riqueza para inclusão do capital natural: ar limpo, água potável, rios sem poluição, terra fértil, camada de ozônio efetiva, e grande diversidade de espécies.

Leite (2012), afirma que o Desenvolvimento Urbano Sustentável, impõe o desafio de reinvenção da cidade, de refazê-la de forma inteligente e inclusiva, proporcionando assim aos planejadores urbanos e aos urbanistas, uma esperança de recuperação frente ao crescimento e à urbanização desordenada que as cidades enfrentam. O autor também questiona ao unir o aspecto urbano ao Desenvolvimento Sustentável, sobre o que seria mais sustentável, econômica, ambiental e socialmente: refazer as cidades existentes ou deixar que elas cresçam de modo desordenado e que acabem ocupando áreas distantes e pouco urbanizadas? Não somente em termos de sustentabilidade, mas também de infraestrutura básica para todos, e de qualidade de vida da população, pode-se concluir que é muito mais viável que as cidades sejam reestruturadas, remodeladas, a fim de atender as necessidades de seus habitantes.

De acordo com Conke e Ferreira (2015), entre os desafios que se relacionam ao Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade urbana é a que merece maior atenção, devido à dificuldade de equilibrar a preservação dos recursos naturais com a qualidade de vida. Logo, de acordo com os autores, a contribuição das cidades para o Desenvolvimento Sustentável depende dos seus métodos de produção, dos seus padrões de consumo, assim como do bem-estar e das oportunidades por elas disponibilizadas.

### 3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Com o objetivo de analisar a importância das relações entre o Planejamento Urbano e o Desenvolvimento Sustentável, foram selecionadas a partir de uma RSL as palavras-chave utilizadas na busca por pesquisas científicas por meio de uma revisão sistemática de literatura.

O presente artigo de revisão de literatura tem seu alicerce nas orientações de Webster e Watson (2002), sobre a estrutura geral de uma revisão, e suas diretrizes para execução da sua análise. Em suas instruções os autores realçam o fato de que uma revisão baseada em conceitos (concept-centric) consegue sintetizar com excelência a literatura, ou seja, os conceitos é que devem determinar a estrutura organizacional de uma revisão. Para os autores, uma revisão sistemática é bem-sucedida somente quando tem a capacidade de ajudar outros pesquisadores a entender o conhecimento até então acumulado sobre certo conceito, sendo que as tabelas e figuras podem ser um meio eficaz de comunicar as principais descobertas e percepções.

Dessa forma, foram selecionadas oito palavras chave de relevância à pesquisa: Planejamento urbano/Urban planning, Urbanização/Urbanization, Desenvolvimento sustentável/Sustainable development, Qualidade de vida/Quality of life, Sustentabilidade/Sustainability, Políticas públicas/Public policies, Desenho urbano/Urban design e Equidade/Equity. Dessa forma, com base na escolha das palavras chave, foram definidos três núcleos conceituais: Cidades, Sustentabilidade e Desenvolvimento, em que foram distribuídas as palavras de acordo com seu conceito e relação com os termos. Logo, utilizou-se da combinação das palavras chave de cada um dos núcleos (Tabela 1) para realizar uma busca nas bases de dados Scopus e Scielo, do ano de 2010 - que de acordo com Bibri e Krogstie (2017) foi quando surgiu o conceito "cidades inteligentes sustentáveis" -, até os dias atuais.

As palavras chave foram utilizadas em suas versões na Língua Inglesa, o que possibilitou o aumento do campo de pesquisa. O resultado das 18 combinações proporcionadas pelas combinações de palavras chave foi inicialmente de 2.647 artigos, sendo 69 deles encontrados na base de dados Scielo, e 2.578 na Scopus.

A partir dos critérios de exclusão foram eliminadas 2.345 pesquisas que não estavam disponíveis na íntegra. Em continuidade, a partir da análise dos títulos, 257 artigos foram eliminados por repetir-se ou por não se relacionarem com o tema da revisão. Foram analisados então os resumos das pesquisas restantes, e 20 delas tinham como foco questões ligadas exclusivamente ao meio ambiente ou recursos hídricos, à projetos arquitetônicos, à agricultura, à mobilidade urbana, e à questão alimentar, sem levar em consideração o planejamento urbano, conceito essencial para a revisão. Adicionalmente, durante a leitura completa dos trabalhos

foram excluídos mais 4 deles, devido a sua incompatibilidade com os núcleos conceituais. Ainda, considerando as divergências de alguns estudos com os termos em destaque da presente pesquisa, visando atingir seu objetivo, foram eliminados 10 artigos, resultando em uma amostra final composta por 11 artigos. Desses artigos, 7 são em idioma inglês, 2 deles em idioma espanhol e os outros 2 em idioma português.

Tabela 1 – Resultado das pesquisas combinando palavras chave dos núcleos conceituais

Nº	COMBINAÇÃO	SCIELO	SCOPUS
1	“Urban planning” AND “Quality of life” AND “Sustainable development”	5	139
2	“Urban planning” AND “Quality of life” AND “Public policies”	14	18
3	Urbanization AND “Quality of life” AND “Sustainable development”	3	80
4	Urbanization AND “Quality of life” AND “Public policies”	4	11
5	“Urban design” AND “Quality of life” AND “Sustainable development”	0	28
6	“Urban design” AND “Quality of life” AND “Public policies”	4	4
7	“Urban planning” AND Equity AND “Sustainable development”	0	40
8	“Urban planning” AND Equity AND “Public policies”	7	12
9	Urbanization AND Equity AND “Sustainable development”	1	30
10	Urbanization AND Equity AND “Public policies”	0	3
11	“Urban design” AND Equity AND “Sustainable development”	0	6
12	“Urban design” AND Equity AND “Public policies”	1	2
13	“Urban planning” AND Sustainability AND “Sustainable development”	13	1.096
14	“Urban planning” AND Sustainability AND “Public policies”	5	60
15	Urbanization AND Sustainability AND “Sustainable development”	6	769
16	Urbanization AND Sustainability AND “Public policies”	0	31
17	“Urban design” AND Sustainability AND “Sustainable development”	6	238
18	“Urban design” AND Sustainability AND “Public policies”	0	11

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Após a análise das conceituações presentes nos artigos da amostra final da revisão sistemática descrita, formada por 11 pesquisas, se procedeu à seleção daquelas que serviriam de suporte à investigação, a partir da busca pelas conceituações dos termos de maior relevância para este estudo, o Planejamento Urbano e o Desenvolvimento Sustentável, formando o arcabouço para as discussões que serão apresentadas neste artigo.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme o detalhamento apresentado na seção metodológica, a revisão sistemática da literatura originou um conjunto formado por 11 artigos, os quais podem ser vistos na tabela 2.

Tabela 2 – Artigos integrantes da amostra final da revisão sistemática de literatura

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	REVISTA
<i>A Review on the research and practice of city sustainable development indicators and indices</i>	Ning Xiang	Earth and Environmental Science
<i>Advancing sustainable development at the local level: The case of machizukuri in Japanese cities</i>	Emiko Kusakabe	Progress in Planning
<i>Aproximaciones a los conflictos sociales y propuestas sostenibles de urbanismo y ordenación del territorio en México</i>	Diego Sánchez González	Revista de Estudios Sociales
<i>Decision support system for city logistics: literature review, and guidelines for an ex-ante model</i>	Riccardo Bozzo, Andrea Conca e Flavio Marangon	Transportation Research Procedia
Democracia e cultura no planejamento do desenvolvimento urbano	Aline Virgínia Medeiros Nelson e Sérgio Alexandre de Moraes Braga Junior	Revista Direito GV
<i>Exploring sustainability of smart development initiatives in India</i>	Aman Randhawa e Ashwani Kumar	International Journal of Sustainable Built Environment
O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental	Elisabete Agrela de Andrade e Maria Cristina Trousdell Franceschini	Ciência e saúde coletiva
<i>Planeamiento territorial sostenible: un reto para el futuro de nuestras sociedades; criterios aplicados</i>	Adrián Ferrandis Martínez e Joan Noguera Tur	Cadernos Metrópole
<i>Sustainability Planning as Paradigm Change</i>	Stephen Wheeler	Urban Planning
<i>Unpacking a sustainable and resilient future for Tshwane</i>	Edna Peresa, Chrisna du Plessis e Karina Landman	Procedia Engineering
Urban sprawl Vs urban renewal: What role for Town and Country planning instruments in ensuring sustainable cities? Case of Algeria	Khalil Farid	Procedia Engineering

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Logo, a fim de cumprir com o objetivo deste artigo, será analisada a presença do conceito de Planejamento Urbano, seguida de uma análise da utilização do termo Desenvolvimento Sustentável, a partir do material selecionado metodologicamente.

Sendo assim, serão inicialmente evidenciadas as conceituações de Planejamento Urbano. Alguns dos estudos não apresentaram conceituação para o termo, dessa forma serão aqui apresentados apenas os estudos que o discutiram.

Kusakabe (2013) traz para a discussão o termo japonês Machizukuri que se destaca por ser um modelo de planejamento que contrasta com o sistema comumente utilizado de Planejamento Urbano no ocidente, pois o Machizukuri se trata da construção do ambiente pelos próprios moradores, possibilitando assim que seus valores e estilos de vida sejam mantidos e respeitados. Essa abordagem do Planejamento Urbano japonês tem desempenhado um papel importante na regeneração da sociedade japonesa e nos espaços urbanos. Kusakabe (2013) examina em seu estudo os efeitos das redes sociais no desempenho da sustentabilidade local, apresentando que a participação do cidadão no desenvolvimento de projetos urbanos pode afetar positivamente o nível de conquista da sustentabilidade, clarificando dessa forma a importância da participação social no processo de Planejamento, e como isso tem funcionado no Japão. O autor segue afirmando que ações coletivas em busca da sustentabilidade seriam mais eficazes se os governos locais, juntamente com a sociedade civil, colaborassem estrategicamente, assim como no monitoramento do progresso em direção aos objetivos buscados para as cidades. Nesse sentido, esse estudo apresenta a importância da união entre governo e sociedade a fim de, através do planejamento, cumprir as metas propostas.

Sánchez González (2012) em sua pesquisa afirma que hoje, mais do que nunca, as pessoas estão conscientes da importância do planejamento, da gestão e da avaliação como instrumentos para organizar e projetar ações que possibilitem as reformas estruturais de que o México precisa, em termos de desenvolvimento urbano e planejamento territorial. O autor segue afirmando que é necessário priorizar o campo do planejamento socioespacial e ambiental por meio de políticas urbanas abrangentes, nas quais o planejador desenvolve metodologias para abordar eficientemente a análise territorial e a sua contribuição para o desenvolvimento regional. Da mesma forma, segundo o autor, a criatividade é essencial para projetar novos espaços urbanos em que haja liberdade para discussão das melhores maneiras de se aplicar o planejamento. Sánchez González (2012) afirma que a fraqueza no Planejamento Urbano implica em uma perda progressiva de bem-estar de seus habitantes, na degradação de suas habitações e a depredação das terras urbanas. Destaca-se assim, a relevância do planejamento para o espaço urbano.

Para Nelson e Braga Junior (2012), o papel do Planejamento Urbano é proteger a cultura das cidades, a dignidade humana, o senso de responsabilidade coletiva e a identidade sociocultural, e para que a qualidade de vida se torne realidade nos espaços urbanos brasileiros é imperativo que o Estado juntamente com a sociedade elabore e execute políticas públicas que objetivem efetivar os instrumentos de Planejamento contidos no Estatuto da Cidade. Os autores também evidenciam a importância do planejamento participativo, ao permitir que as autoridades, líderes e a sociedade civil local, contribuam com os especialistas em seus estudos sobre os problemas enfrentados na comunidade, o que os levou a concluir que para a manutenção da democracia é necessária a participação de grupos, associações e instituições no planejamento de soluções para os problemas urbanos básicos.

Andrade e Franceschini (2017), em seu artigo, afirmam que o foco nos espaços urbanos possibilita uma reflexão sobre o contexto existente, englobando território, tempo e espaço, o que possibilita pensar em como as decisões políticas e ações realizadas na e para a cidade podem ser influenciadas. Os autores utilizam-se do termo direito à cidade, o que implica que todos, principalmente os grupos marginalizados, tem direito à cidade, assim como tem o direito de moldar e transformar os espaços urbanos. Nesse sentido os autores destacam que o Planejamento Urbano tem o potencial de abordar problemas complexos integradamente e oferecer a abertura para que se construam novos modelos de desenvolvimento, políticas e intervenções. A partir do potencial de construção do Planejamento Urbano afirmado pelos autores, pode-se incluir os modelos de desenvolvimento e intervenções que objetivem a melhoria de qualidade de vida das pessoas.

A partir da conceituação dada pelo Libro Blanco de la Sostenibilidad en el Planeamiento Urbanístico Español (2010), Martínez e Tur (2016) afirmam que o Planejamento Urbano tem o potencial de definir um modelo e uma estrutura de cidade em que os diferentes usos urbanos serão instalados e desenvolvidos, e neste modelo, aspectos como a distribuição de diferentes usos, sua coexistência e separação, podem apoiar ou dificultar certos estilos de vida menos sustentáveis, destacando-se assim a relevância do Planejamento para os espaços urbanos. De acordo com os autores o Planejamento Territorial Sustentável é crucial para as sociedades enfrentarem o desafio do desenvolvimento sustentável, pois o território é um fator vital a considerar na promoção de políticas de desenvolvimento. Martínez e Tur (2016) também destacam a necessidade de apostar em modelos de cidades compactas, evitando a fragmentação e a dispersão urbana como fatores-chave para melhorar os níveis de sustentabilidade. Fazendo assim indispensável o planejamento para cumprimento de tais objetivos.

Wheeler (2016) afirma que o planejamento com o objetivo de alcançar a sustentabilidade precisa passar por mudanças fundamentais de paradigma, o que segundo o autor exige que os profissionais trabalhem de maneira colaborativa e aberta com a comunidade, na busca de um aprendizado coletivo. Exige também resistir à “sedução” de teorias excessivamente rarefeitas e de linguagem impenetrável que tornarão o trabalho desses profissionais irrelevante na prática, mas que eles devem, ao contrário disso, se afastar da segurança dos livros de desatualizados e, em vez disso, alterá-los. Wheeler (2016) também afirma que aqueles que elaboram o Planejamento Urbano precisam passar a estruturar ativamente alternativas que levem a um bem-estar social e ecológico de longo prazo e a trabalhar com todos os grupos possíveis para se mover nessas direções.

Como se pode perceber, as conceituações de Planejamento Urbano diferenciam-se quanto a forma que foram descritas, mas elas convergem para um mesmo tópico: a vida humana nos aglomerados urbanos. Ao afirmar que o Planejamento Urbano tem como papel a construção de modelos de desenvolvimento e políticas, a proteção da cultura urbana, a dignidade de seus moradores e o aumento do bem-estar da população conclui-se que o Planejamento Urbano tem como dever responder às necessidades dos moradores daquele espaço.

Em continuidade, encaminha-se para análise do termo desenvolvimento sustentável, a partir do arcabouço selecionado na revisão sistemática da literatura.

McGranahan e Satterthwaite (2014) afirmam que ele é frequentemente apresentado como tendo três dimensões: econômica, social e ambiental, dessa forma, buscou-se analisar quais dessas três dimensões foram adicionadas ao termo em cada um dos artigos que conceituaram o Desenvolvimento Sustentável.

Dessa forma, na análise da inclusão das dimensões Ambiental, Social e Econômica em cada um dos artigos, se pôde perceber que, com a exceção da pesquisa de Sánchez González (2012), que não inclui a dimensão Ambiental, e com a exceção do artigo de Martínez e Tur (2016), que exclui a dimensão Econômica, todos os outros artigos incluem todas as 03 dimensões.

De acordo com Xiang (2017), o Desenvolvimento Sustentável se refere às atividades urbanas que não excedem o limite necessário para satisfazer suas necessidades de produção, garantindo assim a vida dos residentes. Dessa forma, o autor aproxima sua conceituação do conceito dado ao termo pelo Relatório de Brundtland (CMMAD, 1988), o que engloba as três dimensões às quais o termo diz respeito. Primeiramente ao citar as atividades urbanas refere-se à dimensão econômica, enquanto ao afirmar que não se deve ultrapassar os limites necessários se refere ao meio ambiente e a garantia de vida dos residentes à dimensão social. Xiang (2017) afirma também que os indicadores são um instrumento importante de apoio à governança do desenvolvimento sustentável da cidade, mas a falta de um paradigma teórico unificado e de um sistema de métodos é um obstáculo tecnológico essencial para a prática. Sendo assim, a pesquisa sobre a classificação dos espaços urbanos precisa ser fortalecida para que se descubram semelhanças e diferenças nos desafios enfrentados por várias cidades na busca pela sustentabilidade, assim como em aprimorar a pertinência de indicadores e índices para o desenvolvimento sustentável das cidades, de modo a elaborar metas e estratégias apropriadas de desenvolvimento para o espaço urbano, de acordo com às condições locais.

Kusakabe (2013) cita a conceituação de Desenvolvimento Sustentável definida pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988), que diz respeito ao desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, abrangendo assim as dimensões ambiental, social e econômica. O autor também cita a experiência de Kyoto, cidade com mais de 1,5 milhões de habitantes, em que o espírito autônomo tradicional de administração comunitária dos cidadãos é surpreendentemente forte no nível do bairro, o que dificulta para o governo da cidade envolver várias comunidades do bairro no planejamento comunitário em toda a cidade, com o objetivo de compartilhar metas de sustentabilidade, tornando clara a importância da participação do cidadão na elaboração de regras colaborativas e da construção de um relacionamento de confiança entre o governo da cidade e os cidadãos, a fim de aproveitar ao máximo qualquer capital social já existente que ajude a alcançar as metas de desenvolvimento sustentável. Assim, uma lição que se destaca com o caso de Kyoto é, portanto, que as medidas de participação devem ser acompanhadas antecipadamente pela elaboração de regras colaborativas, a fim de esclarecer como os resultados da participação serão usados no desenvolvimento de projetos nas cidades, bem como no fornecimento de informações sobre possíveis obstáculos à participação efetiva.

Sánchez González (2012), ao tratar de desenvolvimento, afirma que a globalização arrastou as cidades mexicanas para um suposto desenvolvimento econômico e tecnológico insustentável, transformando-as em um cenário de

modelos e de políticas urbanas estratégicas, que não suprimiram o crescimento da pobreza, da discriminação social, do crime organizado ou não, da vulnerabilidade social e, sobretudo, da falta de comunicação e da falta de solidariedade. Sendo assim, o autor deixa clara sua visão de Desenvolvimento Sustentável, que deve dizer respeito ao desenvolvimento da economia, da tecnologia e da dimensão social. Sánchez González (2012), também reitera a importância um urbanismo sustentável que “devolva” a cidade para o cidadão, o que é impossível de ser realizado sem a criatividade e a liberdade do planejador urbano para aplicá-lo, bem como sem sua responsabilidade e compromisso social para enfrentar os novos desafios nas próximas décadas.

Para Bozzo, Conca e Marangon (2014), a definição mais comum de desenvolvimento sustentável é definida pela Comissão de Brundtland (CMMAD, 1988), que remete ao desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas. Sendo assim, os autores acabam por encerrar as três dimensões ao Desenvolvimento Sustentável ao citar tal conceituação. Os autores trazem estudos que mostram que mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas, enquanto na Europa essa participação aumenta e atinge os 75%, e sendo assim apontam para o fato de que a mobilidade urbana assume um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

Ao utilizar as afirmações de diversos autores a fim de justificar sua posição, Nelson e Braga Junior (2012), descobrem novas perspectivas de desenvolvimento que dizem respeito às mais variadas dimensões, e ao uni-las, encontra-se correlação do Desenvolvimento com valores econômicos, sociais e com a garantia de proteção ambiental. Os autores também concluem que há uma relação intrínseca entre o desenvolvimento urbano, a economia e a superação das desigualdades sociais que atingem as cidades.

Randhawa e Kumar (2017) também utilizam a conceituação de Desenvolvimento Sustentável dada pelo Relatório de Brundtland (CMMAD, 1988). Os autores também afirmam que os conceitos associados ao desenvolvimento ao longo dos anos são: crescimento inteligente e cidade inteligente, sendo que o conceito de cidade inteligente foi considerado o futuro do desenvolvimento sustentável no campo do planejamento urbano, mas não possui padrões unificados em nível mundial. A Índia, como nação em desenvolvimento, testemunhou uma rápida urbanização, e o impacto desse fenômeno afetou adversamente a qualidade de vida nessas cidades, dessa forma, várias iniciativas foram adotadas pelo Governo da Índia para enfrentar as questões de desenvolvimento urbano, respectivas ao contexto indiano, sendo que a Índia adotou recentemente o conceito de cidade inteligente para lidar com tais questões, mas, ainda o respectivo conceito adotado pelo governo da Índia carece de preocupações com o ambiente natural, que é uma dimensão importante do desenvolvimento sustentável de uma cidade.

Ao analisar as Cidades Sustentáveis, Andrade e Franceschini (2017) utilizam-se do conceito de Desenvolvimento Sustentável do Programa Cidades Sustentáveis, que promove a “transição para um desenvolvimento sustentável, que integre as dimensões social, ambiental e ética, baseado em uma economia que seja inclusiva, verde e responsável”, integrando dessa forma, os âmbitos ambiental, social e econômico. Os autores também afirmam que o Programa Cidades Sustentáveis possui amplos eixos temáticos e indicadores, que consideram

questões centrais do desenvolvimento sustentável, como: governança, equidade, justiça social, economia local, sustentabilidade ambiental, sendo que esses são indicadores de processos e resultados que apontam para a busca pela construção de instrumentos sustentáveis a fim de alcançar os objetivos desejados.

Martínez e Tur (2016) afirmam que o Desenvolvimento Sustentável deve salvaguardar o equilíbrio do sistema ecológico do planeta, e conseqüentemente das condições de vida humana, cobrindo assim somente as dimensões ambiental e social. Segundo os autores, etimologicamente, a palavra contém conotações interessantes e importantes, bem como pode se referir ao fato de apoiar um estado desejado, ou de suportar um estado não desejado.

Embora seja imperfeita, Wheeler (2016) afirma que a definição mais utilizada para o Desenvolvimento Sustentável é a da Comissão de Brundtland (CMMAD, 1988), que conota uma abordagem de longo prazo para a solução de problemas. O autor afirma também que uma das frases que ele repete muito nas aulas para a graduação é: “a sustentabilidade não é simples”, pois o planejamento da sustentabilidade não significa fazer somente o suficiente para se gabar ou apenas considerar um conjunto de questões ambientais, mas sim, requer um exame mais profundo de todas as facetas do “desenvolvimento” usando diferentes lentes cognitivas.

Para Peres, Plessis e Landman (2016), a definição de Desenvolvimento Sustentável da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988) tem sido expandida através de acordos internacionais, como a Agenda 21, e mais recentemente através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que aspira uma sociedade em que todos tenham acesso a um abrigo adequado, à água limpa, à eletricidade, à um ambiente social e físico seguro e saudável, à um trabalho digno, à uma educação decente, à proteção contra todos os tipos de injustiça e à liberdade de perseguir suas convicções religiosas e políticas, e sua escolha de estilo de vida, sendo ao mesmo tempo bom para o ambiente natural.

Farid (2011), conclui seu estudo afirmando que a abordagem do Desenvolvimento Sustentável introduzida pela legislação desde o início da década atual, impõe gradualmente outra visão de ordenamento do território, passando a tratar a cidade como um todo ao incluir seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e urbanos, não sendo mais limitado somente ao desenho urbano, ao uso da terra e a demarcação das zonas de expansão, mas passa a considerar o desenvolvimento urbano como uma combinação dos vários campos que devem ser pensados em um processo sistêmico.

Diante do exposto, é possível afirmar que as conceituações de Desenvolvimento Sustentável encontradas na amostra final dos artigos foram em sua maioria relacionadas ao Relatório de Brundtland (CMMAD, 1988), em apenas dois artigos não foram utilizadas as três dimensões ao Desenvolvimento Sustentável.

As conceituações de Desenvolvimento Sustentável se diferenciam basicamente na forma como foram citadas, mas todas elas, incluindo as que citam o documento Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1988), se referem à atribuição de aspectos para garantir a vida humana e a conservação dos recursos naturais, premissas básicas para o desenvolvimento sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa foi apresentada uma visão mais ampla acerca dos estudos que relacionam o Planejamento Urbano com o Desenvolvimento Sustentável, em termos de suas discussões e conceituações. Assim, foi possível estabelecer um constructo de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável nos espaços urbanos, promovendo uma análise integrada de ambos os termos: desenvolvimento e sustentabilidade.

Os resultados dessa discussão interdisciplinar permitiram o destacar os pontos importantes para a pesquisa dentro da área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano Sustentável. Os principais conceitos, teorias e discursos dos estudos analisados foram identificados e discutidos, e os resultados mostram que algumas alterações realizadas no modelo convencional de planejamento, como a inclusão da sociedade no processo, podem gerar bons resultados. As questões mais importantes giram em torno do papel do Planejamento Urbano na proteção da identidade sociocultural e de assegurar dignidade humana, assim como seu potencial para atingir problemas complexos de forma integrada, possibilitando a criação de novas formas de desenvolvimento para as cidades por meio de políticas e intervenções.

E, apesar de teóricas, as análises realizadas possibilitam afirmar que um dos maiores desafios da atualidade é o desenvolvimento de um modelo urbano sustentável que seja capaz de incluir elementos operacionais, funcionais, arquitetônicos e de infraestrutura à qualidade de vida humana e ambiental, sendo esta é uma oportunidade de pesquisa disponível e premente.

Conclui-se que a discussão teórica deste artigo apresenta pertinência para a área de pesquisa, considerando-se que as conceituações se baseiam em estudos recentes sobre termos que são de grande relevância aos espaços urbanos da atualidade.

Mas, a questão crucial deste trabalho foi apresentar e defender o pressuposto de que o Desenvolvimento Sustentável pode ser planejado, dessa forma, ao explorar as capacidades do Planejamento através dos estudos analisados, percebe-se um grande conjunto de possibilidade que podem beneficiar os espaços urbanos, as questões sociais, ambientais e econômicas, tornando o Planejamento Urbano uma ferramenta de grande importância para o Desenvolvimento Sustentável.

Ao unir os termos Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável, o primeiro se torna importante para o segundo pela capacidade em fornecer ferramentas necessárias para que o segundo realmente ocorra satisfatoriamente. Ao abranger as dimensões sociais, econômicas e ambientais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, de diminuir a desigualdade social e de preservar os recursos naturais, o Desenvolvimento Sustentável necessita de um plano de ação para que se possam cumprir tais objetivos. A maior divergência analisada nos artigos selecionados na amostra final, entre as dimensões utilizadas para a conceituação de Desenvolvimento Sustentável vem de um estudo que deixou de citar a dimensão ambiental e de um outro que deixou de citar a dimensão econômica, logo percebe-se que a dimensão social teve foco em todos os estudos analisados, evidenciando assim a importância de tal dimensão.

Sendo assim, compreende-se através das conceituações dos termos que o Planejamento Urbano, como o próprio nome diz, se trata de uma forma de planejar

---

ações para alcançar objetivos pré-estabelecidos, o que o torna imprescindível para o êxito do Desenvolvimento Sustentável, assim como das mais diversas formas do processo de desenvolvimento. Para que a evolução e o progresso dos processos produtivos, bem como da qualidade de vida dos seres humanos se torne realidade, é necessário que sejam analisados elementos do contexto urbano local e as ferramentas apropriadas a ele, e também a forma que estas devem ser aplicadas, tornando o Planejamento Urbano instrumento indispensável para o Desenvolvimento.

---

# The importance of the urban planning for the sustainable development: a literature review

## ABSTRACT

From the understanding of the role of cities in the contemporary world, and the concepts of Urban Planning and Sustainable Development, the objective was to discuss the relevance of applying the concept of sustainability to Urban Development Planning. The research was developed through a qualitative approach, focusing on the bibliographic review of scientific articles, from which the following keywords were selected: Cities, Sustainability and Development. Thus, these key words were the focus of a systematic review of the literature, and the interpretation of the concepts of the terms present in the research that constituted the final sample. In exploring the capacities of Planning through the studies analyzed, it was concluded that there is a large set of possibilities, analytical and purposeful, that can benefit urban spaces, such as: social, environmental and economic issues, making Urban Planning itself a very important tool for achieve sustainable development rather than the reverse.

**KEY WORDS:** Cities. Urban planning. Sustainable development.

## REFERÊNCIAS

AHVENNIEMI, Hannele et al. What are the differences between sustainable and smart cities? *Cities*. v. 60, p. 234-245, 2017.

ANDRADE, Elisabete A. de. FRANCESCHINI, Maria C. T. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. *Ciência e saúde coletiva*, v. 22, n.12, p.3849-3858, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-81232017021203849&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232017021203849&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BIBRI, Simon E. KROGSTIE, John. Smart sustainable cities of the future: an extensive interdisciplinary literature review. *Sustainable Cities and Society*, v. 31, p. 183-212, mar. 2017.

BOZZO, Riccardo.; CONCA, Andrea.; MARANGON, Flavio. Decision Support System for City Logistics: Literature Review, and Guidelines for an Ex-ante Model. *Transportation Research Procedia*. v. 3, p. 518-527, nov. 2014. Disponível em: <<https://sciencedirect.com/science/article/pii/S2352146514001963>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. *Sociologia, estudos e práticas*. n. 40, p. 123-148, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n40/n40a07.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

COHEN, Barney. Urbanization in Developing Countries: Current trends, Future projections, and key challenges for sustainability. *Technology in Society*. v. 28, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CONKE, Leonardo S. FERREIRA, Tainá L. Urban metabolism: Measuring the city's contribution to sustainable development. *Environmental Pollution*. v. 202, p. 146-152, 2015.

ELKINGTON, John. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994.

FARID, Khalil. Urban sprawl Vs urban renewal: What role for Town and Country planning instruments in ensuring sustainable cities? Case of Algeria. *Procedia Engineering*, v. 21, p. 760-766, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877705811049095>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

GARAU, Chiara; PAVAN, Valentina M. Evaluating Urban Quality: Indicators and Assessment Tools for Smart Sustainable Cities. *Sustainability*, v. 10, n. 575, 2018.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

KUSAKABE, Emiko. Advancing sustainable development at the local level: The case of machizukuri in Japanese cities. *Progress in Planning, United Kingdom*, v. 80, p.1-65, feb. 2013. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305900612000803>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

LAMBERT, Jacques. Obstáculos ao desenvolvimento decorrente da formação de uma sociedade dualista. In: DURAND, José C. G. (Org.). *Sociologia do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LI, Feng et al. How smart cities transform operations models: a new research agenda for operations management in the digital economy. *Production Planning & Control*, v. 27, n. 6, p. 514–528, 2016.

LIAN, Koh K.; GUNAWANSA, Asanga; BHULLAR, Lovleen. “Eco-cities” and “sustainable cities” whiter? *Rural and Urban Innovation*, 2013. Disponível em: <[https://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?article=1056&context=lien\\_research](https://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?article=1056&context=lien_research)> Acesso em: 21 jul. 2018.

MCGRANAHAN, G.; SATTERTHWAITHE D. Urbanisation concepts and trends. Working Paper, International Institute for Environment and Development, London, 2014.

MARTINEZ, Adrián F. TUR, Joan N. Planeamiento territorial sostenible: un reto para el futuro de nuestras sociedades; criterios aplicados. *Cadernos Metrópole*, v.18, n.37, p.743-763, 2016. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962016000300743&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962016000300743&script=sci_abstract&tlng=es)> Acesso em: 26 jul. 2018.

NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. Smart City as Urban Innovation: Focusing on Management, Policy, and Context. In: *Proceedings of the 5th international conference on theory and practice of electronic governance*. ACM, 2011. p. 185-194.

NELSON, Aline V. M. BRAGA JUNIOR, Sérgio A. M.. Democracy and culture in the planning of the urban development. *Revista Direito GV*, v. 8, n.2, p. 407-425, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322012000200002&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322012000200002&script=sci_abstract)> Acesso em: 25 jul. 2018.

PI EROLA, Luís G.; ALMEIDA, Paulo S. de. Cidade sustentável: Análise das delimitações de ocupação do solo, novo plano diretor estratégico (Lei n  16.050/2014) e minuta participativa do projeto de lei de uso e ocupação do solo 2014 da cidade de São Paulo. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-66, 2016.

PERESA, Edna.; DU PLESSISA, Chrisna.; LANDMANB, Karina. Unpacking a sustainable and resilient future for Tshwane. *Procedia Engineering*, v. 198, p. 690-698, set. 2017. Disponível em:  
<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877705817329661>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Programa Cidades Sustentáveis. Disponível em:  
<<https://www.cidadessustentaveis.org.br/>> Acesso em: 15 out. 2018.

RANDHAWA, Aman.; KUMAR, Ashwani. Exploring sustainability of smart development initiatives in India. *International Journal of Sustainable Built Environment*, v. 6, p. 701–710, ago. 2017. Disponível em:  
<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212609017300742><<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212609017300742>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

RATTNER, Henrique. *Planejamento urbano e regional*. 1. ed. São Paulo: Nacional, 1974.

REDCLIFT, Michael R. Sustainable development (1987-2005) – an oxymoron comes of age. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 65-84, 2006.

ROGERS, Richard; HALL, Peter. Cidades para um pequeno planeta. 4. ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2001.

RUEDA, Salvador et al. El Urbanismo Ecológico; su aplicación en el diseño de un ecobarrio en Figueres. Barcelona: Agencia de Ecología Urbana de Barcelona, 2012.

SAATY, Thomas L; DE PAOLA, Pierfrancesco. Rethinking design and urban planning for the cities of the future. *Buildings*, v. 7, n. 3, p. 76, 2017.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Diego. Aproximaciones a los conflictos sociales y propuestas sostenibles de urbanismo y ordenación del territorio en México. *Revista de Estudios Sociales*, n. 42, p. 40-56, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81523235005>> Acesso em: 25 jul. 2018.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José A. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA NETO, Benedito. Complexidade e desenvolvimento. *Desenvolvimento em Questão*, v. 2, n. 4, p. 9-32, 2004.

SILVA NETO, Benedito. BASSO, David. A ciência e o desenvolvimento sustentável: para além do positivismo e da pós-modernidade. *Ambiente & Sociedade*, v.13, n.2, p.315-329, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2010000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2010000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 23 jul. 2018.

XIANG, Ning. A Review on the research and practice of city sustainable development indicators and indices. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, v. 88, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/88/1/012024>> Acesso em: 26 jul. 2018.

WEBSTER, Jane; WATSON, Richard. T. Analyzing the past to prepare for the future: Writing a literature review. *MIS Quarterly*. V.26, n. 2, p. xiii-xxiii, 2002.

WHEELER, Stephen. Sustainability Planning as Paradigm Change. *Urban Planning*, v. 1, n. 3, p. 55–58, nov. 2016. Disponível em: <<https://www.cogitatiopress.com/urbanplanning/article/view/740>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

**Recebido:** 10 dez. 2019.

**Aprovado:** 27 fev. 2020.

**DOI:** 10.3895/rbpd.v8n3.10579

**Como citar:** FELIPE, A. S.; MARINI, M. J.; PERONDI, M. A.; SANTOS, G. D. A importância do planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável: uma revisão de literatura. **R. bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 9, n. 2, p. 171-191, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Andressa Sarita Felipe

Via do Conhecimento, s/n - KM 01 – Fraron - Pato Branco, PR

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

